

O sentido da substituição lexical no discurso

letrônica

Mariana Martinez Rypl¹

1 Introdução

O estudo da linguagem nos leva a descobrir sua imensa riqueza e com isso a aprofundar o conhecimento sobre um de seus mais belos e instigantes aspectos: a construção do sentido no discurso. Esse tema traz à tona a questão que norteia o presente artigo: como o fenômeno da substituição lexical, estudado em uma perspectiva informacional, constrói argumentativamente o sentido no discurso quando visto pela Teoria dos Blocos Semânticos.

Este estudo faz uma oposição às propostas funcionalistas, como a de Hasan (1989), que, fundamentadas na Teoria da Informação, entendem a linguagem como sendo representacional da realidade. Propõe-se uma nova abordagem em que o sentido é construído no discurso pelas relações entre as palavras à luz da Semântica Argumentativa, teoria fundada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre em 1983, que, em sua terceira e atual forma, denominada Teoria dos Blocos Semânticos, tem a contribuição de Marion Carel.

Justifica-se a escolha da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) por ela entender que o sentido se constrói pela relação entre as palavras dentro do discurso e que esse sentido resultante dessa relação não representa o mundo exterior. Dentro desta perspectiva, pretende-se estudar neste trabalho a substituição lexical pela ótica da TAL,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) na área de Linguística Aplicada; bolsista CAPES. Contato: rypl@terra.com.br

na linguagem em uso. Para tal, apresentaremos primeiro os conceitos que fundamentam nosso estudo e depois uma análise de um discurso que desenvolvemos com as devidas considerações e reflexões finais.

2 Fundamentação teórica

2.1 A Substituição Lexical e a Referência

Para Hasan (1989), a textura de um texto se manifesta por certos tipos de relações semânticas entre as suas mensagens individuais. Ao se falar em textura, o conceito mais importante é o de *elo coesivo*, a relação entre dois elementos dentro de um texto. Essa ligação possui natureza semântica, pois dois termos de qualquer elo estão ligados por algum tipo de relação de sentido, que, por sua vez, constitui as bases da coesão.

As relações de sentido, segundo Hasan (1989), podem ser de:

- **co-referencialidade:** quando dois itens lexicais tiverem identidade referencial, ou seja, se referirem à mesma coisa ou ao mesmo evento dentro da continuidade textual. A co-referencialidade ocorre pelos mecanismos coesivos de referência: pronomes, artigo definido, demonstrativos e comparativos;

- **co-classificação:** quando as coisas, processos ou circunstâncias aos quais os itens lexicais se referem pertencem a uma classe idêntica. Normalmente acontece por substituição ou elipse;

- **co-extensão:** quando os membros do elo coesivo se referem ao mesmo campo de significado.

Os mecanismos coesivos que expressam esse tipo de relação de sentido, dentro do mesmo campo de significado, são a sinonímia, a antonímia, a hiponímia, a meronímia e a repetição do mesmo item lexical. Essa conceituação mantém-se a mesma apresentada por Halliday no estudo de 1985. Para Hasan, a substituição lexical engloba todos eles.

Em seu modelo de 1989, Hasan ressalta a interdependência entre a coesão gramatical e a lexical, ao afirmar que a reciprocidade entre esses dois tipos de coesão é essencial e que eles se expressam por meio de cadeias coesivas, formadas por um conjunto de itens relacionados uns aos outros pelas relações de sentido (de co-referência, de co-classificação e de co-extensão).

As cadeias coesivas podem ser subcategorizadas em dois tipos: cadeias de identidade e cadeias de similaridade.

A relação entre os membros de uma cadeia de identidade é de co-referência, pois cada membro da cadeia se refere à mesma coisa, evento ou a qualquer coisa. Isso ocorre, por exemplo, entre *menina* e *ela*.

Já nas cadeias de similaridade, os membros estão relacionados uns aos outros por co-classificação ou co-extensão. Essas cadeias são formadas por itens que pertencem a coisas ou eventos relacionados ou que estão dentro do mesmo campo semântico. Por exemplo: *caminhar*, *andar*, *alcançar*, etc.

O enfoque deste trabalho reside na avaliação crítica da proposta de interpretação das relações de sentido entre os elementos lexicais pelo modelo de Hasan, o que nos leva a fazer algumas considerações.

A linguísta adota o termo substituição, que Brown & Yule (1983) conceituam como “os itens referenciais que são vistos como simples substitutos do referente, podendo sempre ser trocados por ele”. Esses autores afirmam que, “à medida que um texto se desenvolve, o referente sofre mudanças de estado, de modo que sua descrição vai se modificando” (BROWN & YULE, 1983). Por isso, faz-se necessário conduzir essas mudanças de sentido do referente através do discurso, à medida que ele progride.

Essa visão guiada por relações de substituição, compartilhada tanto por Hasan como pelos outros autores que estudam a referência, implica uma concepção referencial da língua e da linguagem em que o léxico serve como instrumento de etiquetagem da realidade, ao nomear as coisas do mundo.

As abordagens funcionalistas da linguagem, como a proposta de Hasan, privilegiam a informação, determinando, dessa maneira, que a principal função da língua é essencialmente estabelecer a comunicação e a troca de informação sobre as coisas do mundo entre os seus usuários. Nessa abordagem de Hasan, que se baseia na Teoria da Informação, há a busca de um referente lingüístico no mundo. O sentido está fora da linguagem, é definido pelo contexto exterior, preexistente, portanto ao discurso.

Podemos dizer então que, segundo essa proposta, o sentido está cristalizado dentro do texto e não se constrói a partir dele. Do mesmo modo, o sentido dentro do texto é visto como um produto que já vem pronto.

O estudo que propomos vai opor-se a essa concepção de linguagem, ao mostrar como o sentido se constrói, não pela referência ao mundo, mas pelas relações entre os elementos lexicais ao longo das cadeias coesivas no discurso.

A seção seguinte será dedicada a uma perspectiva mais recente acerca da referência.

2.2 A Substituição Lexical e a Referenciação

Desde a década de 90, a questão da referenciação textual vem sendo objeto de pesquisa de vários autores com a pretensão de estudá-la sob um novo ângulo. O principal pressuposto dessas pesquisas é o da *referenciação como atividade discursiva*, que implica uma visão não-referencial da linguagem.

Para Mondada & Dubois (1995), a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm, mobilizam suas percepções e saberes, ou seja, seus modelos de mundo. Esses modelos de mundo não são estáticos, mas (re)constróem-se dentro das diversas enunciações, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar os conhecimentos socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos na construção dos encadeamentos discursivos.

É preciso ressaltar que essas autoras entendem que a referenciação é resultante do processo que caracteriza o ato de referir; então, os referentes textuais são vistos como *objetos-de-discurso*, ou seja, entidades designadas ou representadas pelos locutores por um termo referencial dentro do discurso, e não mais como *objetos-do-mundo*.

Não se pode mais considerar que as palavras ou categorias são decididas *a priori* ‘no mundo’, antes da sua enunciação, nem que o locutor tenta buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical. Ao contrário, o processo de produção das enunciações acontece em tempo real e ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal, mas cujos objetos emergem ao longo do tempo de enunciação do qual fazem referência. O ato de enunciação representa o contexto e as versões intersubjetivas do mundo adequadas a esse contexto.

Ao afirmar que

nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso e deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas, como também, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua (KOCH, 2004, p.57)

Koch concorda com Mondada & Dubois (1995) e defende que:

a) a referência são as operações feitas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve e como tal não são realidades do mundo, e sim representações construídas pelo discurso;

Letrônica, Porto Alegre v.1, n.1, p. 151, dez. 2008.

b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão;

c) eventuais modificações sofridas ‘mundanamente’ ou predicativamente por um referente não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro;

d) o processamento do discurso é estratégico e implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas dentre os múltiplos meios de expressão que a língua oferece.

Dessa forma, a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal não consiste simplesmente em encontrar um segmento lingüístico ou um objeto no mundo, mas sim algum tipo de informação anteriormente introduzida na memória discursiva. A autora conclui que a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não é um simples processo de elaboração de informações, mas de (re)construção mental do mundo real.

Esse processamento textual acontece por meio de dois movimentos, - um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo) -, que são realizados, em parte, por dois tipos de operações no texto: a dêixis e a referenciação.

1- A dêixis textual é a sinalização textual, o *olhar* do interlocutor para determinadas partes do co-texto anterior ou subsequente. Acontece por meio de expressões como *acima, abaixo, mais adiante, anteriormente, no capítulo anterior* etc., bem como dos organizadores textuais como *este, aquele, o primeiro* etc.

2- A referenciação, por sua vez, cria ou mantém os *objetos-do-discurso*. Acontece por introdução ou ativação de novos referentes no modelo textual, por reativação ou manutenção no modelo textual ou por de-ativação.

A reativação leva à manutenção em foco, no discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto. Realiza-se por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos etc), como também por recursos de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais etc.). Assim, o emprego de formas nominais anafóricas opera, em geral, a recategorização dos *objetos-do-discurso*.

Toda essa discussão permite comprovar que realmente os chamados *referentes* são na verdade *objetos-de-discurso* altamente dinâmicos, que podem ser transformados, desativados, reativados, rotulados ou recategorizados no curso da progressão textual.

Assim, o sentido de uma palavra não existe *a priori* no mundo: ele é criado dentro do discurso. Sendo assim, a substituição lexical assume um papel relevante, pois é um mecanismo de articulação que traz continuidade, progressão e unidade ao texto.

Nessa perspectiva, os diferentes elementos de substituição lexical trazem subjetividade ao texto ao transmitir os pontos de vista do locutor, e pela seleção lexical se manifestam as opiniões e ideologias dos locutores. Portanto, é por meio da diversidade desses elementos que se constrói o *tecido* semântico que apóia a armação textual em seu aspecto temático.

Essa visão sócio-cognitiva da referenciação entende que o sentido é construído no discurso por meio das escolhas lexicais e que os referentes textuais não são *objetos-do-mundo*, mas *objetos-de-discurso*, deixando de lado, assim, a idéia de correspondência entre o mundo real e a linguagem.

Ao contrário da abordagem de TAL, a referenciação não concebe a função primeira da linguagem como sendo essencialmente argumentativa e tampouco que essa argumentação está inscrita na língua. Como compartilho da concepção de linguagem desenvolvida por Ducrot, não adotei neste estudo a perspectiva da referenciação.

A partir dessas considerações, proponho-me mostrar como acontecem as relações de sentido entre os elementos lexicais ao longo da cadeia coesiva. Para tal, baseio-me na Teoria dos Blocos Semânticos proposta por Oswald Ducrot e Marion Carel.

2.3 A proposta argumentativa de Ducrot

A Semântica Argumentativa é uma teoria estruturalista e enunciativa criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, que vem sendo desenvolvida há mais de vinte anos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e que atualmente conta com a colaboração de Marion Carel. A sua primeira fase, também conhecida como *forma standard*, é o resultado dos trabalhos de Ducrot e Anscombre. A segunda fase, denominada *segunda forma*, compreende as teorias da Polifonia e dos *Topoi*. A terceira e mais recente forma da teoria é chamada de *Teoria dos Blocos Semânticos* e conta com as pesquisas de Ducrot e Marion Carel. Para o presente estudo, me deterei nas noções estabelecidas na Teoria dos Blocos Semânticos que serão aplicadas aos textos analisados.

Ducrot afirma que um dos objetivos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) é fazer a descrição semântica da linguagem no quadro do estruturalismo saussuriano. Para ele, há dois princípios saussurianos relevantes para a TAL.

O primeiro é que a língua é um sistema de signos, os quais se definem uns em relação aos outros, isto é, uma unidade em relação com as outras unidades. Da mesma maneira, Ducrot define a língua como um conjunto de frases, cujo sentido advém da combinação com outras frases, formando, assim, o que ele chama de encadeamento argumentativo. Portanto, se tomarmos como estudo o conjunto dos enunciados de uma língua, cada um deles define-se, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações com os outros enunciados em discursos reais.

Na TAL, a noção de relação está nas relações sintagmáticas derivadas dos encadeamentos discursivos, em especial nos argumentativos. Esse tipo de encadeamento é constituído de duas frases simples, em que há um argumento (A) e uma conclusão (C), que formam uma frase complexa: o enunciado. Entre A e C existe uma relação de causa e consequência, articulada por um conector explícito ou implícito. Essa relação pode ser expressa por A portanto C.

Ducrot justifica a escolha dessa relação argumentativa como foco de estudos da TAL por duas razões. A primeira é que essa relação é intrinsecamente ligada ao discurso, sem basear-se nas inferências que o discurso mostra. A segunda, por sua vez, é que a argumentação é fundamental nas relações discursivas, permitindo a unificação da descrição lingüística.

O segundo princípio saussuriano fundamental para a TAL é o da relação *língua/fala*. Pela interpretação que Ducrot faz dos conceitos estabelecidos por Saussure, há dentro da teoria estruturalista da linguagem uma distinção entre *objeto* e *matéria* da lingüística. A *fala* é a matéria, que é o dado empírico, constituído de fatos fisiológicos, psíquicos, sociológicos, instituídos por uma coletividade. Saussure opta por estudar o *objeto* abstrato, definido por ele como sendo a *língua*, um construto teórico. A língua é conceituada por ele como sendo o aspecto *social, passivo* da linguagem, um conjunto de convenções, enquanto a fala é o seu aspecto *individual, ativo*. Ao explicar essa noção de que a fala é um ato individual, Ducrot afirma que o falante atribui à sua enunciação um valor próprio, mas há uma causalidade social (da relação eu/tu) que justifica parcialmente o valor que é atribuído ao enunciado.

Além dos conceitos estruturalistas, Ducrot reforça, também, a idéia de que não se pode ignorar a enunciação, pois é a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser qualificadas. Na escolha das palavras forma-se uma imagem da fala, e essa imagem é essencial para a compreensão do discurso. Assim, é o discurso que constrói o contexto. Conseqüentemente, o contexto não preexiste ao discurso; o que preexiste é uma situação sem

limites e sem estruturas, que é definida pelas palavras, e os pontos de vista tornam essa situação utilizável para a interpretação. Ao descrever a sua terminologia, Ducrot (1989) conceitua *frase*, *enunciado*, *significação*, *sentido*. A frase é uma entidade lingüística abstrata, teórica, uma sucessão de símbolos não necessariamente presentes no enunciado, fora de qualquer situação de discurso. O *enunciado* é a ocorrência particular da frase, entidade empírica que pode ser observada. O valor semântico da frase é a *significação*, e o do *enunciado*, o *sentido*, que é produzido em uma determinada situação de uso. A *significação* é aberta e é formada de instruções que dizem o que se tem que fazer para chegar ao sentido do enunciado. O lingüista denomina *texto* uma seqüência de frases. A *frase* pertence ao domínio das entidades abstratas, ao passo que o *discurso* é uma seqüência de enunciados ligados entre si, constituindo, assim, a atualização do *texto*.

Ducrot rejeita a conceituação tradicional de sentido, ao afirmar que a linguagem ordinária não tem parte objetiva, não descreve a realidade. Se há essa descrição, ela se faz pela atitude e pela relação entre o locutor e o interlocutor.

A unificação dos aspectos subjetivo e intersubjetivo leva ao valor argumentativo do enunciado, a orientação que essa palavra traz ao discurso. O emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação, e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação que seu emprego determina.

2.3.1 A Teoria dos Blocos Semânticos

A terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, denominada Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), conta também com os ensinamentos de Marion Carel.

Carel rejeita a afirmação feita por Ducrot e Anscombe, na segunda fase da TAL, de que o argumento e a conclusão de um encadeamento são interpretados independentemente um do outro. Para ela, a argumentação não se fundamenta sobre nenhuma descrição preliminar; está enraizada no próprio léxico e independe de qualquer outra função da língua.

Para que possamos compreender essa impossibilidade de separação entre o argumento e a conclusão e a importância dos princípios que orientam a argumentação, vamos observar os seguintes exemplos:

(3) Pedro é rico: ele deve ser feliz.

(4) Pedro reencontrou Maria: ele deve estar feliz.

Esses exemplos não tratam da mesma *felicidade*. No primeiro enunciado, Pedro é feliz como pode ser feliz qualquer pessoa que é rica; no segundo, é a felicidade de amar ou de ser amado que está em questão. Há, pois, influência do argumento sobre o sentido da conclusão. Inversamente, a conclusão influencia também o sentido do argumento.

Assim, nenhum dos segmentos A e C de um encadeamento A DC C pode ser entendido isoladamente, sem o outro segmento. O enunciado exprime uma idéia inteira, indecomponível, que se encontra por trás de fórmulas gerais como *a riqueza torna feliz, tempo bom é agradável*. Elas são a unidade semântica. Cada encadeamento forma um bloco de significado, em que tanto o 1º segmento influencia o sentido do 2º segmento, quanto são influenciados por ela. A esses blocos, que são expressos pelos encadeamentos argumentativos, dá-se o nome de blocos semânticos.

Carel acrescenta que os blocos semânticos podem ser de dois tipos: normativos, expressos por A DC C, e transgressivos, expressos por A PT não-C. No enunciado Pedro é rico PT não é feliz, a riqueza que torna as pessoas felizes é diferente daquela que não as impede de serem infelizes. Assim, não há em um encadeamento argumentativo nenhum processo informativo. É um único ponto de vista que é desenvolvido ou sob um ângulo normativo, ou sob um ângulo transgressivo.

Na organização de um bloco semântico de uma palavra X, um aspecto pode estar ligado a ela de modo externo ou interno. Um aspecto é externo se essa palavra constitui um segmento do aspecto. Se a palavra é o primeiro segmento, o aspecto está relacionado a ela de modo externo à direita. Se a palavra é o segundo segmento, trata-se do aspecto externo à esquerda. Assim, o aspecto ‘ter pressa DC agir rapidamente’ é externo à direita da expressão *ter pressa*, pois contém os discursos em que são assinaladas as conseqüências do fato de *ter pressa*. Por sua vez, como aspecto à esquerda temos ‘estar apressado DC ter pressa’, que contém discursos indicando a causa pela qual alguém se apressa. Portanto, a argumentação externa (AE) de uma palavra é a “*pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua e que estão ligados a ela de modo externo*” (DUCROT, 2002, p.9).

A argumentação externa (AE) à direita contém um aspecto X con Y e também seu aspecto converso: X con’ neg-Y. Se o conector for *portanto* (*donc* – DC), o con’ será *no entanto* (*pourtant* – PT), e vice-versa. Assim, a AE de *ter pressa* contém, também à direita, o aspecto ‘ter pressa PT neg-agir rapidamente’. Já em relação à AE à esquerda tem-se Y con X, cujo aspecto transposto é neg-Y con’ X. A AE à esquerda de *ter pressa* comporta não somente ‘ter pressa DC apressar-se’, mas também ‘neg-ter pressa PT apressar-se’.

A TBS analisa também uma argumentação interna (AI) contida nas palavras. A AI constitui-se pelos encadeamentos que parafraseiam a palavra. É uma reformulação feita de aspectos cuja palavra, desta vez, não é ela mesma um segmento do encadeamento.

Ao fazer uma classificação semântica do léxico, Ducrot (2002) separa as palavras em *plenas* e *gramaticais*. As *palavras plenas* seriam aquelas que possuem ‘conteúdo’ e que podem ter uma AI e uma AE; as *instrumentais* ou *gramaticais* não designam nenhum elemento da realidade, e não podemos lhes associar um conjunto específico de aspectos e discursos.

As palavras instrumentais dividem-se em conectores, articuladores e operadores. Os conectores têm a função de constituir os encadeamentos argumentativos e são análogos a *donc* e *pourtant*. Os articuladores, por sua vez, comparam as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem, como, por exemplo, *mas*. Por fim, os operadores só combinam de modo novo, arranjam ou reorganizam os constituintes semânticos de X. Eles são uma palavra Y que aplicada a X produz um sintagma XY, subdividindo-se em modificadores e internalizadores.

Uma palavra instrumental é dita *modificador* em relação a uma palavra X se a AI do sintagma XY é feita só com palavras plenas contidas na AI de X: assim, Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI: ele se contenta em reorganizá-las, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação.

3 Aplicação da teoria

Conceitos da TAL relativos a blocos semânticos foram aplicados ao texto *A eterna infância da relatividade*, extraído da revista Super Interessante do mês de junho de 2005:

“O nome Einstein traz à mente a idéia de um homem com habilidades muito além da compreensão de mortais como nós. A figura é tão sólida que poucos suspeitam que a imagem do gênio de pensamento indecifrável tem pouco a ver com o cientista alemão. ‘Todas as teorias físicas deveriam se prestar a uma descrição tão simples que até uma criança pudesse entender’, dizia. Na verdade, o modo como uma criança pensa se aproxima bastante da cabeça de Einstein. ‘Meu pensamento vem e só posteriormente tento expressá-lo em palavras.’ Foi assim, partindo de imagens mentais simples, que o modesto funcionário público criou a teoria mais revolucionária da física, transformando-se no primeiro cientista superstar. Uma dessas belas imagens serviu para ele explicar ao filho por que ficou tão famoso ‘quando um besouro cego rasteja numa superfície de galho curvo, ele não nota que o

percurso que seguiu é realmente curvo. Tive a sorte de perceber o que o besouro não percebeu. Em junho, a teoria da relatividade completa 100 anos. A data levou às estantes novidades sobre o tema. A Super analisa alguns livros sobre a maior sacada de todos os tempos.”

A análise se desenvolveu conforme as seguintes etapas:

1. Levantamento das cadeias coesivas de identidade resultantes das ocorrências da substituição lexical em cada texto, segundo a proposta de Hasan (1989), que foi escolhida pelas suas definições de coesão e mecanismos coesivos.

2. Análise das ocorrências da substituição lexical:

a) identificação das AI de cada ocorrência da substituição lexical;

b) descrição do movimento argumentativo do discurso construído pelo bloco semântico de cada ocorrência da substituição lexical.

Cadeia 1: *nome Einstein / homem com habilidades muito além da compreensão de mortais como nós / a figura / gênio do pensamento indecifrável / o cientista / cabeça de Einstein / o modesto funcionário público / cientista superstar*

Análise da cadeia de identidade 1 :

AI (*nome Einstein*): especificação do nome Einstein DC reconhecimento de um ser com inteligência superior

AI (*homem*): ser humano DC capacidades restritas

Assim, AI (*homem com habilidades muito além da compreensão de mortais como nós*): ser humano PT capacidades extraordinárias

AI (*a figura*): personalidade de extrema genialidade DC ícone

AI (*gênio do pensamento indecifrável*): extraordinária capacidade intelectual PT de complexo entendimento

AI (*o cientista*): grande estudioso DC especialista

AI (*cabeça de Einstein*): pensamento simples DC semelhante ao das crianças

AI (*o modesto funcionário público*) apresenta a palavra *modesto* como um modificador em relação à expressão *funcionário público*. Assim, AI (*modesto funcionário público*) comporta só as palavras plenas contidas na AI de X (*funcionário público*): sujeito legalmente investido em cargo público DC atuação em nome da administração a que serve

AI (*primeiro cientista superstar*): pesquisador precursor DC celebridade

O movimento argumentativo da cadeia 1, construído pelos blocos semânticos, é:
reconhecimento do nome Einstein como o de um ser com inteligência superior;
ser humano com capacidades extraordinárias;
ícone por sua genialidade;
ser com grande capacidade intelectual de complexo entendimento;
especialista por ser um grande estudioso;
gênio de pensamento simples como o das crianças;
trabalhador que serve ao poder público;
pesquisador precursor para sua época que se tornou uma celebridade nos dias de hoje.

Cadeia 2: *teorias físicas / a teoria mais revolucionária da física / a teoria da relatividade / a maior sacada*

Análise da cadeia de identidade 2:

AI (*teorias físicas*) transgredir a norma: *conjunto de hipóteses científicas DC descrição complexa* ao selecionar o aspecto converso: *conjunto de hipóteses científicas PT necessidade de descrição simples, segundo Einstein*

AI (*a teoria mais revolucionária da física*): *conjunto de hipóteses científicas inovadoras DC mudanças radicais no campo da física*

AI (*a teoria da relatividade*): *conjunto de hipóteses científicas formuladas por Einstein DC antiga teoria da física que existe há muitos anos*

AI (*a maior sacada*): *conjunto de hipóteses científicas revolucionárias DC mais importante descoberta da física*

O movimento argumentativo construído pelos blocos semânticos da cadeia 2:

hipóteses científicas descritas de modo simples;
mudanças na física geradas por hipóteses inovadoras
hipóteses de Einstein formulada há bastante tempo
maior descoberta da física advinda de hipóteses revolucionárias

4 Resultados

No texto, *A eterna infância da relatividade*, as ocorrências de substituição lexical foram construindo didaticamente o conhecido cientista Einstein e a sua teoria da relatividade.

Isso se confirma até pelo tipo de revista que é a *Super Interessante*, uma revista de divulgação científica para o público leigo, que abrange uma ampla gama de faixas etárias. A cadeia de identidade inicia com o nome Einstein e vai mostrando quem ele foi até chegar a como ele é considerado hoje, *o primeiro cientista superstar*. O mesmo acontece com a cadeia sobre a teoria da relatividade ao incluí-la dentro das teorias físicas até afirmar que ela é *a maior sacada* de todos os tempos. Foi possível observar nesse texto que a substituição lexical descreveu para o público da revista quem era Einstein e o que ele fez para ser tão conhecido mundialmente.

Esta análise textual revelou que o sentido no discurso é construído pelas argumentações que decorrem de cada ocorrência da substituição lexical, e que o movimento argumentativo é produzido tanto pelas argumentações internas (AI) da substituição lexical como pelas relações sintagmáticas e paradigmáticas entre as palavras ao longo da cadeia coesiva.

A partir dessas constatações decorrentes da análise, confirma-se a oposição feita por este trabalho à abordagem funcionalista de Hasan (1989), que entende a língua como representacional do mundo e afirma que a principal função da língua é estabelecer a comunicação e a troca de informação sobre as coisas do mundo entre seus usuários.

Para Hasan, a substituição lexical é expressa pelos mecanismos coesivos de sinonímia, antonímia, hiponímia, meronímia e pela repetição do mesmo item lexical, assim como as cadeias coesivas que ela classifica em cadeias de identidade e cadeias de similaridade. Para a autora, tanto as cadeias de identidade como esses mecanismos coesivos se referem à mesma coisa ou evento; já as cadeias de similaridade são formadas por itens que estão dentro do mesmo campo semântico.

Entretanto, conforme verificado pela análise, essas afirmações de Hasan não se confirmam pela TAL, pois, como vimos, as palavras vão assumindo sentidos distintos e construindo argumentações à medida que se relacionam com outras palavras dentro do discurso. Portanto, o sentido não está determinado *a priori* no mundo, mas se constrói discursivamente pela relação entre as palavras.

Esses resultados sustentam as afirmações de Ducrot de que as palavras não têm um sentido literal e de que o sentido do léxico pode evocar um conjunto de discursos, combinar ou modificar discursos associados a ele. Portanto, *só o discurso é doador de sentido* (Ducrot, 2002, p.7).

5 Considerações finais

Neste estudo, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre e que recentemente está sendo desenvolvida por Marion Carel, comprovou seus postulados, que são os seguintes: que a argumentação, entendida pela teoria como o ponto de vista do locutor, se faz presente na linguagem e que o sentido é construído pelas relações entre as palavras dentro do discurso.

Assim, ao realizar a descrição do sentido construído pelas substituições lexicais à luz da TAL, espero ter trazido subsídios para os estudos da Lingüística do Texto, que, ao contrário da Teoria da Argumentação na Língua, entende a linguagem como representativa da realidade. A partir da TAL, é possível mostrar que cada ocorrência de substituição lexical traz consigo uma mudança de sentido argumentativo dentro do discurso, demonstrando, então, por meio das análises, como o sentido é construído pelo léxico dentro do discurso sem representar a realidade exterior.

Ressalto também, no presente trabalho, a importância da escolha lexical, pois, como foi verificado, as substituições lexicais contribuem para a textura do texto e para as relações entre as palavras dentro do discurso. Isso faz com que a substituição lexical seja vista como um dos recursos essenciais para a construção do sentido que o locutor tem a sua disposição, o que pode ser observado pela concepção de linguagem que fundamenta os princípios da TAL.

O presente trabalho é apenas o ponto de partida para uma reflexão complexa, mas instigante, em relação à construção do sentido dentro do discurso. Assim, percebe-se que o tema aqui proposto ainda pode ser objeto de muitos outros estudos à luz dessa tão rica e revolucionária Teoria da Argumentação na Língua.

Referências

BROWN, G. & YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, n 107, p. 23-40, março, 1997.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: DUCROT, Oswald. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

DUCROT, Oswald. Os internalizadores. Tradução Leci Barbisan. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, n 129, p. 7-26, setembro, 2002.

Letrônica, Porto Alegre v.1, n.1, p. 161, dez. 2008.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, Ruqaiya. *Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985, p. 310-313.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONDADA, Lorenza, DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B.B. , CIULLA, A. (Orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, A.C. (Orgs). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, v.3, 2004.